

Com o superbanco, nova política?

O sistema financeiro internacional exige mudanças estruturais na economia dos países do Terceiro Mundo

JORNAL DA TARDE

21 OUT 1985

A criação de um "superbanco", como propôs o presidente Reagan para solucionar o problema das nações endividadadas do Terceiro Mundo, poderá significar maior intromissão na vida política e econômica de um país como o Brasil, de uma forma contrária às linhas esboçadas pela Nova República, com uma tendência nacionalista-estatizante, segundo a opinião do professor de Economia da PUC, Paulo Guedes.

Entende ele que se o Brasil sempre reclamou da ingerência "indevida" do Fundo Monetário Internacional, que só exigia ajustes nas áreas da inflação e balança de pagamento, com essa nova agência internacional de crédito terá de promover ajustes mais profundos e estruturais. Assim, as políticas da Nova República de defesa da reserva de mercado, fechamento do mercado interno a bancos estrangeiros, contra a redução das tarifas de importação etc terão de ser revistas no novo esquema financeiro.

Para Paulo Guedes, em poucas palavras, o Brasil foi "cutucar a onça com vara curta", ao reclamar que o FMI não podia fixar determinadas condicionantes para resolver um problema que não era conjuntural, mas estrutural. Quando o problema do endividamento era conjuntural, ou seja, nos dois primeiros choques do petróleo, em 1974 e em 1979, o Brasil nada fez, segundo o economista da PUC. E deixando o problema sem solução, de conjuntural ele se transformou em estrutural.

Recentemente, a delegação brasileira na reunião do FMI, em Seul, alegou que precisava de dinheiro novo e a longo prazo para fazer um ajuste que era estrutural e, por isso, não se enquadrava nas exigências do FMI. A resposta do sistema financeiro internacional veio com a idéia da criação do superbanco em que há possibilidade de empréstimos novos a longo prazo, mas com a exigência de mudanças estruturais nas economias dos países do Terceiro Mundo.

— Como economista, acho produtiva a exigência de mudança estrutural, pois uma maior liberaliza-

ção da economia fará o Brasil crescer mais rápido. Mas não tenhamos nenhuma dúvida que as condicionantes do superbanco para empréstimos serão muito mais limitativas que as do FMI — disse Paulo Guedes.

O plano de criação do superbanco, a ser executado por bancos privados, que entrariam com US\$ 20 bilhões, e pelo Banco Mundial, que comporia o capital com mais US\$ 9 bilhões, foi considerado por Paulo Guedes como "engenhoso" para acabar com o perigoso impasse que enfrenta atualmente o sistema financeiro internacional. Os bancos começaram a emprestar a longo prazo capitais tomados a curto prazo, na reciclagem dos petrodólares, de uma forma imprudente.

Saliência ainda Paulo Guedes que tais empréstimos se somaram ainda à total desorganização das finanças dos países devedores, com orçamentos fictícios, entrando depois o FMI para intermediar uma crise para a qual não estava equipado. Em síntese, acha Paulo Guedes que "o FMI tem o chicote, mas não tem a cenoura", em comparação com o Banco Mundial, que empresta a longo prazo mas não pode fazer exigências, "por isso tem a cenoura, mas não tem o chicote". Dessa forma, o superbanco é o casamento dos problemas dos bancos privados com o FMI e Banco Mundial, para uma solução conjunta que poderá viabilizar novamente os empréstimos a longo prazo para os países do Terceiro Mundo, mas exigir ajustes estruturais muito mais profundos que as atuais cláusulas do FMI.

Na troca dos empréstimos, como afirmou o representante norte-americano na ONU, Reed, o Terceiro Mundo deverá adotar políticas liberalizantes, como o fim da intervenção do Estado na economia, livre flutuação de preços, abertura de importações a produtos estrangeiros, além de reformas trabalhistas que possibilitem a queda dos salários. Resta ver se o governo da Nova República, que já reclama da interferência do FMI sobre questões menores como inflação e balanço de pagamentos, vai aceitar interferência em questões tão mais impor-

tantes como política salarial, informática, impedimento de os bancos estrangeiros entrarem no mercado financeiro, etc, destaca Paulo Guedes.

Disciplina

Para o diretor da Bardella, M.F. Thompson Motta, a criação do superbanco vai dinamizar concessão de empréstimos e exigir maior disciplina dos países endividadados. Segundo ele, não haverá mudanças significativas em relação às atuais

exigências e limitações do FMI, na parte filosófica, mas haverá um ganho na rapidez de liberação de recursos, uma vez que o FMI apenas dá sinal verde para o sistema financeiro internacional e usa suas reservas com muito parcimônia.

Entende Thompson Motta que o superbanco trará maior racionalidade para a renegociação da dívida dos países do Terceiro Mundo, hoje obrigados a negociar com quase 600 bancos separadamente.